



Pedro Franco/Agência Senado



Fernando Collor preside reunião de colegiado que aprovou ontem o texto de acordo assinado por sete países

Plenário analisará proposta sobre prisão no Mercosul

Acordo sobre a detenção e a entrega de procurado por crime em um país do bloco, para que seja processado ou para execução da pena em outro, foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores

Aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores, vai a Plenário o Acordo sobre o Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega entre os Estados-Partes. O acordo trata da prisão e entrega, entre países, de pessoas procuradas por crimes, tanto para que sejam processadas quanto para a execu-

ção da pena. O acordo trata também do intercâmbio e da cooperação técnica no Sistema Integrado de Informações de Segurança do Mercosul, que deverá atuar em conjunto com a Interpol. Assinaram o acordo os quatro países do bloco — Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai — e outros três associados: Peru, Equador e Bolívia. 4

Prazo para partido informar novos filiados acaba hoje

O prazo para mudanças de legenda antes das eleições terminou no dia 6 e pelo menos cinco senadores anunciaram troca nos últimos dias antes do encerramento. Já o prazo para que os partidos comuniquem à Justiça Eleitoral a sua relação de filiados termina hoje.

No início da atual legislatura, em fevereiro de 2015, o PMDB era o partido com mais senadores, 19 no total. Hoje o partido tem 17 senadores, o que ainda garante a maior

bancada. O Podemos foi o partido que mais ganhou parlamentares no Senado, cinco desde 2017, quando a legenda foi lançada oficialmente.

Também registraram aumento no número de senadores com relação a 2015 as bancadas de PP, PRB, PSD, PSDB, PSDC, PTC, Rede e Pros. O partido que mais perdeu em número de senadores foi o PT, que tinha 13 e hoje tem 9. O PDT passou de seis para três senadores, a metade do número inicial. 3



Pedro Franco/Agência Senado

Francisco Chagas durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores

Comissão aprova indicado ao cargo de embaixador na Albânia

A indicação do diplomata Francisco Carlos de Carvalho Chagas ao cargo de embaixador do Brasil na República da Albânia foi aprovada ontem

pela Comissão de Relações Exteriores. Em sabatina, Chagas avaliou possibilidades de cooperação econômica entre os dois países. 4

Abril Verde: Senado e Câmara ganham nova iluminação

Eunício participa de lançamento de livro de Lewandowski

Certificado para filantrópicas terá regras mais simples

Lei torna 2018 ano de defesa dos direitos dos idosos

Banheiro público deverá ter torneira automática

2

Acordo entre Brasil e Colômbia para investimento vai a Plenário

Um acordo para facilitar investimentos entre o Brasil e a Colômbia foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores. O texto agora será votado pelo Plenário.

Relator do projeto, Armando Monteiro disse que o acordo vai incentivar a internacionalização das empresas brasileiras nos países que fazem parte da Aliança do Pacífico. O texto também trata de medidas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. 4

Colegiado celebra encontro entre chefes das Coreias do Norte e do Sul

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem um voto de congratulações e solidariedade aos governos da Coreia do Norte e da Coreia do Sul, em alusão ao encontro a ser realizado entre os líderes dos dois países. A reunião está marcada para o dia 27.

A iniciativa do voto é do presidente do colegiado, Fernando Collor. O senador disse esperar que as negociações resultem na reaproximação entre as duas Coreias. 4

Visitação do Congresso ganha prêmio internacional

Escolhido como uma das melhores atrações para visitar em Brasília, o Congresso Nacional foi premiado com a Expert's Choice, lista organizada pelo site TripExpert, de Nova York. O prêmio é uma forma de reconhecimento à

qualidade das visitas aos prédios da Câmara e do Senado, organizadas pelas equipes de Relações Públicas das duas Casas.

Por ano, o Congresso recebe em média 150 mil visitantes do Brasil e do exterior. 2



Morina Barão/Reprodução

Turistas participam de visita guiada no Congresso: Senado e Câmara recebem anualmente cerca de 150 mil pessoas

Visitação do Congresso é premiada em Nova York

Site americano Expert's Choice considerou as visitas guiadas ao Senado e à Câmara uma das melhores atrações de Brasília. Por ano, as duas Casas recebem cerca de 150 mil visitantes do Brasil e do exterior

O CONGRESSO NACIONAL foi premiado com o Expert's Choice, como uma das melhores atrações para visitar em Brasília. A lista, feita pelo site TripExpert, inclui os melhores hotéis, restaurantes e atrações turísticas do mundo.

O prêmio é uma forma de reconhecimento à qualidade das visitas do Congresso, organizadas conjuntamente pelas equipes de Relações Públicas do Senado e da Câmara dos Deputados.

Ao ser comunicado sobre o prêmio, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, parabenizou o pessoal envolvido e ressaltou a importância de oferecer à sociedade uma boa experiência de visita

às duas Casas.

— É gratificante abrir as portas da Casa do Legislativo ao cidadão e oferecer a ele uma experiência que fortaleça seus vínculos com as instituições democráticas e a história do Brasil — disse.

Avaliação

Os vencedores do Expert's Choice foram selecionados com base em mais de 1 milhão de avaliações, de 85 publicações, feitas por pessoas que recomendaram o local. De acordo com o TripExpert, menos de 2% das atrações do mundo recebem o prêmio.

— Nosso maior diferencial é que, ao contrário de muitos monumentos e órgãos pú-

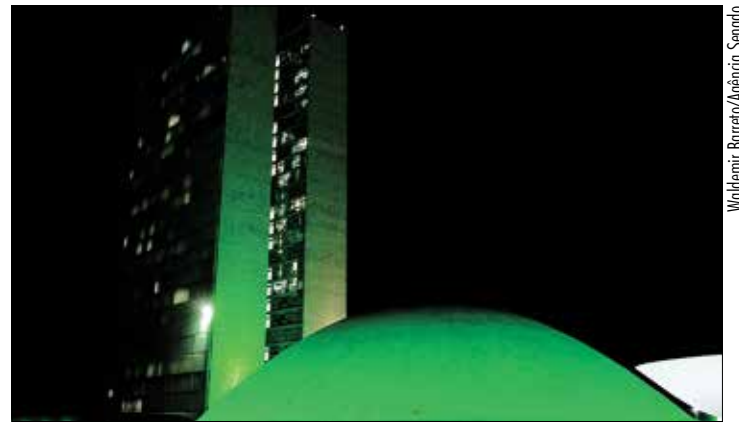
blicos, as visitas são guiadas, traduzidas em libras, inglês, francês e outros idiomas. O espaço também é aberto ao público em vários dias da semana, inclusive sábados e domingos — afirma a coordenadora da Visitação Institucional e Relacionamento com a Comunidade, da Secretaria de Relações Públicas do Senado, Mariana Tavares.

A visita do Congresso Nacional já ganhou outros prêmios, por exemplo, do site de viagens Trip Advisor e do Guia Michelin, no People's Choice, tendo recebido três estrelas como atração de turismo.

Por ano, o Congresso Nacional recebe uma média de 150 mil visitantes, que avaliam o espaço por meio de questionários.

O TripExpert é uma empresa sediada em Nova York, vinculada ao grupo de mídia The Guardian. A premiação Expert's Choice é feita anualmente.

As visitas ao Congresso são realizadas às segundas, quintas, sextas, sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h30. **Outras informações:** • (61) 3303-4671 e 3216-1771 • congressonacional.leg.br/visite



Congresso é iluminado de verde em alerta para acidentes de trabalho

Abril Verde: Senado e Câmara ganham iluminação especial

O Congresso Nacional foi iluminado com a cor verde na noite de ontem. Trata-se do Abril Verde, uma campanha de apoio ao Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidente e Doenças de Trabalho. Celebrada em 28 de abril, a

data foi instituída, em 2003, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A iniciativa de solicitar a iluminação foi de Paulo Paim (PT-RS). Por ano, cerca de 700 mil brasileiros sofrem acidentes de trabalho.



Congresso recebe cerca de 150 mil pessoas por ano, que avaliam o tour



O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou, na quarta-feira, do lançamento da segunda edição revista e ampliada do livro *Pressupostos Materiais e Formais da Intervenção Federal no Brasil*, do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski.

RÁPIDAS

LEI SIMPLIFICA REGRAS PARA CERTIFICADO DE FILANTRÓPICA

Foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* a Lei 13.650, que simplifica regras para instituições filantrópicas obterem e renovarem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). Originada do PLC 187/2017, do Executivo, a lei já está em vigor.

NORDESTE TERÁ DUAS NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Dois universidades no Nordeste foram criadas pela Lei 13.651, publicada ontem: a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), em Parnaíba (PI), e a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape), em Garanhuns (PE).

2018 É O ANO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

O ano de 2018 passou a ser considerado o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa. É o que estabelece a Lei 13.646, publicada na terça no *Diário Oficial*. A lei, originada do PLC 11/2018, prevê eventos e campanhas de conscientização.

PRODUÇÃO DE POLPA E SUCO DE FRUTAS É REGULAMENTADA

Foi sancionada a lei que regulamenta a produção de polpa e suco de frutas. Mas foi vetada a restrição das novas normas às cooperativas e associações formadas exclusivamente por agricultores familiares. A Lei 13.648 foi publicada ontem no *Diário Oficial*.

TORNEIRA EM BANHEIROS PÚBLICOS SERÁ AUTOMÁTICA

Desde terça-feira, com a publicação da Lei 13.647, todos os banheiros de uso coletivo, tanto em prédios públicos quanto privados, que forem construídos deverão ter torneiras com fechamento automático para evitar o desperdício de água.

RÁDIO DA AMAZÔNIA PODERÁ FAZER RETRANSMISSÃO GRÁTIS

Emissoras de rádio em municípios da Amazônia Legal poderão retransmitir gratuitamente a programação de outras rádios da mesma região. É o que prevê o Sistema de Retransmissão de Rádio da Amazônia, criado com a sanção da Lei 13.649, publicada ontem.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão não deliberativa para debates dos senadores.

CE/CMA/CRA Gestão de universidade

19h Seminário em Rondonópolis (MT) sobre a universidade federal local.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Novo equilíbrio de forças no Plenário



Fonte: Relatório da Presidência do Senado 2015 e Secretaria-Geral da Mesa

Termina hoje prazo para informar novo partido

Cinco senadores anunciaram mudança na filiação de legenda poucos dias antes do dia 6, quando acabou o período permitido para alteração a tempo de disputar as eleições

O PRAZO PARA que os partidos comuniquem à Justiça Eleitoral a sua relação de filiados encerra-se hoje. O período para mudanças de legenda antes das eleições terminou no dia 6 e ao menos cinco senadores anunciaram troca nos últimos dias antes do encerramento.

Já anunciaram a mudança — mas ainda não haviam comunicado à Mesa até ontem — Rose de Freitas (ES), do PMDB para o Podemos, Raimundo Lira (PB), do PMDB para o PSD, e Pastor Bel (MA), do PRTB para o PSDC. A composição das bancadas já registra várias alterações com relação à composição do início da legislatura, em 2015.

— O senador tem liberdade de mudança partidária sem necessidade de janelar porque é um cargo majoritário, como os de prefeito, governador e presidente da República. Não existe amarração para mudar de partido. A janela partidária é para resolver a questão da mudança dos cargos proporcionais: deputado federal, deputado estadual ou distrital

e vereador — explicou Hélio José (Pros-DF).

Desde o início da legislatura, o senador passou pelo PSD, pelo PMB, pelo PMDB e pelo Pros, ao qual continua filiado. Entre os motivos para as mudanças, ele citou casos de corrupção, divergências na política local e não cumprimento de compromissos e programas por parte dos partidos.

No início da atual legislatura, em 2015, o PMDB era o partido com mais senadores, 19 no total, de acordo com o

Relatório da Presidência do Senado. Hoje os dados fornecidos pela Secretaria-Geral da Mesa mostram que o partido tem 17 senadores, o que ainda garante a maior bancada.

— Quando as pessoas têm algum incômodo, dentro da legenda ou regionalmente, elas acabam se movimentando em outra direção. No meu caso, foi muito a questão regional e também ingerências do partido nas votações — disse Rose.

O Podemos, partido para o qual migrou a senadora, foi o

que mais ganhou parlamentares no Senado. Lançada oficialmente em 2017, a legenda já tem cinco senadores, entre eles Alvaro Dias (PR), um dos primeiros filiados. Para ele, a agremiação simboliza uma ruptura com a corrupção:

— Este é o grande atrativo do nosso projeto: começar do zero, eliminar o toma lá dá cá, rearrumar a economia e devolver a esperança aos brasileiros.

Também registraram aumento no número de senadores com relação ao início da legis-

latura as bancadas de PP, PRB, PSD, PSDB, PSDC, PTC, Rede e Pros. O partido que mais perdeu em número de senadores com relação a 2015 foi o PT, que tinha 13 parlamentares e hoje tem 9. O PDT passou de seis para três senadores, a metade do número inicial.

— Essa liberdade tem que acontecer para que as pessoas possam optar por aquilo que entenderem ser melhor para o seu estado, o seu município e a população que representam — disse o líder do PDT, senador Acir Gurgacz (RO).

Outros partidos que tiveram diminuição nas bancadas no Senado foram PSB, PSC, PSOL, PTB e DEM. O PCdoB, o PPS e o PR mantiveram o número de senadores de suas bancadas.

Reguffe (DF), cujo mandato termina em 2022, não tem partido. Ele deixou o PDT em 2016 e ainda não se filiou a outra legenda. Após serem comunicadas à Secretaria-Geral da Mesa por ofício, as mudanças de partido dos senadores passam a surtir efeitos nas referências institucionais da Casa.



Composição atual das bancadas já registra várias alterações com relação ao início da legislatura, em 2015

Lindbergh afirma que Lula será o candidato do PT

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse em Plenário na quarta-feira que o PT vai manter a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, mesmo ele estando preso em Curitiba. De acordo com o senador, o PT tem material e imagens suficientes de Lula para fazer a campanha, caso seja necessário.

— A gente decidiu registrar a candidatura do Lula, sim. Se eles quiserem impugnar, aí começamos outro processo. Nós vamos fazer campanha com ele. É claro que o golpe deles é para isso, o medo deles é a eleição. O Lula estraga a festa. Não só ele ganha a eleição, como, se impedirem que ele seja candidato e ele apoiar outra pessoa, ela ganha — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pimentel diz que prisão de Lula é resultado de complô

José Pimentel (PT-CE) afirmou na quarta-feira que a prisão do ex-presidente Lula tem relação direta com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, como uma grande articulação para prejudicar Lula e o PT.

Pimentel afirmou ainda que Lula, condenado e preso por corrupção e lavagem de dinheiro, não teve direito pleno de defesa e que uma comissão de senadores de vários partidos deverá visitá-lo em Curitiba, “com os gastos pagos pelos próprios bolsos”.

Ele criticou ainda a Receita Federal por não divulgar qualquer informação sobre a adesão ao Refis das microempresas, definido em lei promulgada na sexta-feira, após a derrubada do veto do presidente Temer.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Randolfe denuncia crimes da multinacional Anglo

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) denunciou crimes praticados pela mineradora Anglo American no Amapá e cobrou indenizações da multinacional aos parentes das seis vítimas fatais de desabamento ocorrido no porto fluante de Santana, em março de 2013. O senador também denunciou as ameaças de morte sofridas por cinco lideranças comunitárias, defensoras dos direitos humanos e ambientalistas de Minas Gerais.

— É evidente o total descompromisso com o meio ambiente e a sociedade do Brasil. Isso ficou patente no Amapá, e agora fica flagrante em Minas Gerais. Mais uma vez, os trabalhadores pagam o preço da total irresponsabilidade da Anglo American.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Wilder destaca feira de agronegócio em Goiás

Wilder Morais (PP-GO) destacou na quarta-feira a realização da 17ª TecnoShow Comigo. A feira anual, realizada em Rio Verde (GO), começou na segunda-feira e termina hoje. O senador, que foi um dos palestrantes na abertura da feira, disse que esse é maior evento de tecnologia do agronegócio do Brasil.

— Fiquei orgulhoso do trabalho da nossa gente. O evento mostra a capacidade do agronegócio do Brasil, gerando emprego e renda — afirmou.

Segundo Wilder, a TecnoShow gera 8 mil empregos diretos, desde a organização do evento até o comércio, passando pelo turismo na região. O senador acrescentou que a expectativa é de que a feira movimente neste ano quase R\$ 2 bilhões.



Roque de Sá/Agência Senado

Vai a Plenário acordo sobre captura e prisão no Mercosul

Comissão de Relações Exteriores aprova texto que trata dos procedimentos para detenção e entrega de procurados por crimes nos países do bloco, para que sejam processados ou para execução da pena

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou o Acordo sobre o Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega entre os Estados Partes (PDS 8/2018). O texto será votado agora pelo Plenário. A relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), disse que o acordo trata da prisão e entrega, entre países, de pessoas procuradas por crimes, tanto para que sejam processadas quanto para a execução da pena.

Ana Amélia afirmou que a criação do Mandado Mercosul de Captura (MMC) vai desburocratizar o processo de captura e entrega de procurados pela Justiça que estejam em outro país integrante do bloco.

— Não é um acordo puramente de extradição. Seu foco é aparelhar o Mercosul com um instrumento mais ágil de procedimentos investigativos

e para a execução da pena. Aprofunda a cooperação penal, devido à fluidez e rapidez que atingiu a criminalidade transnacional nos dias de hoje.

Ana Amélia disse ainda que o MMC tem base no Mandado de Detenção Europeu (European Arrest Warrant), que naquele continente diminuiu de 1 ano para 48 dias, em média, a captura de procurados.

Sete países

O acordo trata também do intercâmbio e da cooperação técnica no Sistema Integrado de Informações de Segurança do Mercosul, que deverá atuar em conjunto com a Interpol, a Organização Internacional de Polícia Criminal. Ana Amélia destacou que assinaram o acordo os quatro países do bloco — Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai — e ou-

tros três associados: Peru, Equador e Bolívia. Segundo o texto, o MMC tratará sobre práticas que sejam reconhecidas como crime tanto pelo país que solicita quanto pelo país responsável pela entrega do suposto criminoso. Além disso, só poderá ser acionado caso a pena privativa de liberdade referente seja de dois anos ou mais, e não poderá estar relacionado a penas de morte, de prisão perpétua ou de trabalho forçado

O país solicitado poderá se recusar a entregar a pessoa reclamada se o crime tiver sido cometido dentro de seu próprio território, ainda que em parte. A recusa também poderá acontecer se o procurado já estiver respondendo pelo mesmo crime no país solicitado ou se um país apresentar razões de soberania nacional ou de segurança à ordem pública.

Será proibido executar o MMC no caso de crimes de natureza exclusivamente militar ou quando o procurado tiver sido condenado ou será julgado no outro país por um tribunal de exceção. Também se a pessoa procurada for menor de 18 anos ou inimputável à época dos fatos fundamentados.

A pessoa procurada tem direito a um advogado e, se for o caso, de um intérprete.



Relator, Armando destaca incentivo à internacionalização de empresas

Avança acordo Brasil-Colômbia para facilitar investimentos

Foi aprovado ontem, pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Colômbia. O texto segue agora ao Plenário.

O relator do PDS 19/2018, senador Armando Monteiro (PTB-PE), disse sentir uma satisfação pessoal pela aprovação do projeto, pois o acordo foi negociado e assinado enquanto ele ocupava o Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior em 2015, no governo de Dilma Rousseff.

Investimentos

Armando explicou que um dos objetivos do acordo é incentivar a internacionalização das empresas brasileiras nos países que fazem parte da Aliança do Pacífico. Nos últimos dois anos, disse, o superávit brasileiro em trocas comerciais com a Colômbia chegou a US\$ 2,3 bilhões.

— Na América do Sul, o país vizinho é o quarto maior destino de nossas exportações

e a terceira principal origem das importações. Segundo a Fundação Dom Cabral, a Colômbia é hoje o quarto país onde há mais empresas brasileiras instaladas, atrás só do Chile, da Argentina e dos Estados Unidos — afirmou.

O senador citou ainda que os investimentos de empresas colombianas no mercado brasileiro somaram quase US\$ 600 milhões entre 2013 e 2017. Entre as áreas que têm atraído os investimentos, estão a extração de petróleo e gás natural e a fabricação de produtos alimentícios.

O senador detalhou que um dos pilares do acordo é a criação de um comitê conjunto, que fará a interlocução entre os setores público e privado dos dois países. Estará focado na mitigação de riscos, na governança institucional e em agendas temáticas de facilitação de investimentos.

Outra peculiaridade, destacou Armando, é que o acordo também trata de medidas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.



Ana Amélia: acordo agilizará procedimentos investigativos no Mercosul

Comissão celebra aproximação entre Coreias do Norte e do Sul

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem um voto de congratulações e solidariedade aos governos da Coreia do Norte e da Coreia do Sul (RRE 15/2018).

A iniciativa partiu do presidente do colegiado, Fernando Collor (PTC-AL), e é alusiva ao encontro a ser realizado entre os líderes dos dois países. Kim Jong-un, da Coreia do Norte, e Moon Jae-in, da Coreia do Sul, têm encontro marcado para o dia 27 de abril na cidade de Panmunjon, uma zona desmilitarizada que fica na fronteira.

Collor disse esperar que as negociações resultem na reaproximação entre as duas Coreias.

— Oxalá estejamos presenciando um momento histórico, acalentado por toda a comunidade internacional. É o primeiro encontro entre líderes dos dois países em mais de dez anos. Quando

esteve na China, Kim Jong-un voltou a reiterar sua oferta de desnuclearização da Península Coreana — reforçou.

Collor finalizou lembrando que será apenas o terceiro encontro de cúpula dos países desde 1953, quando houve a divisão do território. E a primeira vez em que uma reunião como esta não ocorre em Pyongyang, a capital da Coreia do Norte.

Mundo árabe

O senador fez ainda um relato sobre visita oficial que fez à Arábia Saudita e aos Emirados Árabes Unidos, no início de abril. O senador chamou a atenção para o intenso esforço de modernização das autoridades dos dois países, aproveitando a riqueza do petróleo para a construção de um novo modelo econômico, que será calcado no conhecimento e no desenvolvimento científico e tecnológico.

Diplomata: Brasil pode apoiar Albânia em agricultura

A indicação do diplomata Francisco Carlos de Carvalho Chagas ao cargo de embaixador do Brasil na República da Albânia foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) e segue para a análise do Plenário do Senado.

Sabatinado pela comissão, o diplomata falou sobre as possibilidades de cooperação econômica entre os dois países. Ele observou que o comércio com a Albânia, um dos países mais pobres da Europa, é limitado, girando em torno de US\$ 45 milhões no ano passado. Desse total, US\$ 44 milhões são de exportação de produtos brasileiros primários, como carne, frango, açúcar e café. Apesar disso, Chagas vê um bom potencial econômico na relação com o país.

Ele relatou que a Albânia enfrenta dificuldades para ingressar na União Europeia. Uma das razões seria o fato de o país figurar como um dos principais produtores de maco-

na e a céu aberto no continente europeu. Outros entorpecentes saíam da Albânia para a Europa. Diante disso, afirmou, haveria possibilidade de o Brasil colaborar com a substituição desse cultivo. O setor agrícola, portanto, seria uma via para o Brasil incrementar laços comerciais com o país.

— A maco-cha virou problema sério por lá e é do interesse das autoridades a substituição desse cultivo. É aí que o Brasil pode dar uma contribuição concreta, devido à expertise que atingimos em áreas como a pequena agricultura.

O relator, senador Flexa Ri-



Indicação de Chagas foi aprovada em comissão e segue ao Plenário

beiro (PSDB-PA), deu parecer favorável à indicação. Chagas serviu nas embaixadas em Madri, Montevidéu, Tóquio e Buenos Aires e no consulado-geral em Chicago. Desde 2013 é ministro-conselheiro na embaixada em Budapeste.

